

singela uva: mostrou-lhe os cachos, a parreira, a ave, as relações sociais “que fazem do fruto festa no cálice do vinho, mas já não vê Paulo Freire, que mergulhou no Amor na manhã de 2 de maio”. Sim Pedro viu tudo isso, só não viu as letras do alfabeto. Por isso continuou analfabeto. Capaz de ler o mundo, mas incapaz de ler o texto. Mas o objetivo colimado pelo método revolucionário tinha sido atingido. Porque “O mundo desigual pode ser lido pela ótica do opressor ou pela ótica do oprimido”. Neste último caso, Pedro não aprendeu a ler um texto, mas adquiriu uma consciência, a do mestre Paulo Freire. Talvez, se tivesse aprendido pela cartilha da soletração, Pedro poderia ter lido outros textos e assim teria podido formar a própria consciência, que não fosse a da cartilha marxista-leninista, a que fora indefeso levado.

Tudo, porém, está dentro da regra do jogo da “pedagogia do oprimido”. Pois, como disse o Pe. Júlio Lancelloti, que oficiou a missa de corpo presente, “Paulo Freire nos ensinou que a educação é um ato político” (está nos jornais). E é como ato político que a obra pedagógica de Paulo Freire deve ser julgada.

[Carta aos leitores]
(*O Globo*, 19/05/97)

*

A entrevista de Paulo Renato

O GLOBO de domingo, 06 de abril, publicou entrevista com o Sr. Ministro da Educação, Prof. Paulo Renato de Sousa, na qual se tratou, primordialmente, da reivindicação dos professores universitários por um salário compatível com seus deveres profissionais. A resposta de S. Excia foi a seguinte: “O reajuste linear pedido não depende do MEC, mas da área econômica. E não está nas cogitações do Governo porque dependeria de um reajuste geral do funcionalismo. Hoje isso é impossível. Não há espaço no orçamento de União para um aumento desses. “Adiante, porém, reconhece que “os professores ganham mal”. Na verdade, muito mal.

Fala S. Ex.^a em reajuste “linear”, coisa de que não cogitam, nem cogitaram os professores, pois o próprio Governo já derrubou o reajuste linear. Foi substituído pelo reajuste “diferenciado”, malajambrado eufemismo para esconder o verdadeiro “aumento privilegiado”, que atingiu o estranho “grupo estratégico” do Ministro Bresser Pereira., os cargos de chefia em comissão e ainda as “vítimas” da “antiga política salarial” do Sr. Néelson Marconi (engenheiros agrônomos, fiscais e orientadores de assentamentos do INCRA, oficiais de chancelaria, técnicos de planejamento, e mais alguns outros, que fizeram jus a reajustes de 10 a 200 por cento!).

Não se trata de saber se referidos salários estavam ou não defasados, como é o caso de todos os funcionários públicos federais, há mais de três anos sem um centavo sequer de reajuste. O que se questiona é a discriminação. Os professores universitários são todos portadores de diploma de curso superior, normalmente com pós-graduação em mestrado ou com doutoramento. Demais para ingressar na carreira docente têm de se submeter a concurso de títulos e provas. Que superioridade tem, no serviço público, um ocupante de cargo de chefia, escolhido por critério pessoal, sobre, digamos, um Professor Titular, universitário ou não, como os do Colégio Pedro II?

Cruelmente injusto é o argumento apresentado por S. Ex.^a no que diz respeito à situação do aposentado: “Ele [determinado professor] se aposentou com salário integral e será reajustado sempre que os professores da ativa o forem. Isso não existe em nenhum sistema previdenciário. O Governo tem que pagar hoje outro professor para pagar a aula que ele não dá”. Essa, perdoe-me S. Ex.^a, é de cabo-de-esquadra. Põe abaixo todo sistema previdenciário. O aposentado estaria sempre usurpando o salário que o Governo se vê obrigado a pagar ao funcionário que vier a ocupar o seu lugar! O mesmo para qualquer aposentado, seja ou não do serviço público. Na verdade o aposentado está recebendo os proventos de uma. aposentadoria que já pagou antecipadamente.

Reconhece S. Ex.^a que os professores estão ganhando mal (muito mal, repito). Todavia a União que diz não dispor de recursos para acabar com essa injustiça deu e dá bilhões a bancos falidos, verdade que só de ouvi-la arrepiam-se ao Governo as carnes e o cabelo. A mesma queixa já a articulou com voz lamentosa o Sr. Marcelo Alencar, governador deste outrora habitável Estado do Rio de Janeiro. Mas se Estado e Federação confessam não se encontrarem em condições de promover condignamente a educação do povo, espinha dorsal da soberania da nação, então já selaram a própria falência. Incompetência? Que responda a fabulosa equipe econômica que se assenhoreou dos destinos do país.

[Carta aos leitores]
7/4/98
